

DA “ÉTICA NA POLÍTICA” A “POLÍTICA SEM ÉTICA”: O PT e as vicissitudes da esquerda no poder

Antônio de Almeida *

Resumo: Os escândalos de corrupção que explodiram em 2005, envolvendo membros do governo Lula e integrantes do Partido dos Trabalhadores, não significaram, apenas, a reedição de mais um desses lamentáveis episódios, dentre os muitos que têm ocorrido no Brasil. Mais do que isso, os desdobramentos daqueles acontecimentos revelaram o fim de um ciclo para o PT, anunciando uma guinada do partido à direita. Ao se envolverem com as práticas de corrupção os petistas frustraram as expectativas de todas as pessoas que acreditaram na proposta de uma nova forma de se fazer política no país e abandonaram uma das suas principais bandeiras, que lhes rendeu votos, credibilidade e capital político: o compromisso partidário com a ética na política.

Palavras-chave: ética na política, corrupção, partido.

Résumé: Les scandales de corruption qui ont explosé dans 2005, en impliquant des membres du gouvernement Luis Inácio Lula da Silva et intégrants du Parti des Travailleurs, n'ont signifié, seulement, la réédition de plus un de ces lamentables épisodes, parmi les beaucoup qui se sont produits au Brésil. Plus dont cela, les dédoublements de ces événements ont révélé la fin d'un cycle pour PT, en annonçant une embardée du parti à la droite. S'impliquer avec les pratiques de corruption aux petistas ont frustré les attentes de toutes les personnes qui ont cru dans la proposition d'une nouvelle forme se faire de politique dans le pays et ont abandonné un de leurs principaux drapeaux, qui ils ont rendu des votes, la crédibilité et le capital politique: l'engagement partisan avec l'éthique dans la politique.

Mots-clés: éthique dans la politique, corruption, parti.

Em maio de 2005, quando explodiram, no Brasil, os escândalos de corrupção envolvendo membros do governo Lula e integrantes do Partido dos Trabalhadores - PT, a grande repercussão na mídia e nas esferas políticas não se deu pelo ineditismo do acontecimento. Afinal, para ficarmos apenas no passado recente, algo semelhante ocorrera nos mandatos dos dois presidentes anteriormente eleitos diretamente pelas urnas após o fim da ditadura militar: Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Portanto, muito mais do que interesse em combater a corrupção endêmica historicamente existente nas esferas oficiais do país, o expressivo destaque dado pela grande imprensa brasileira e a fala estridente da oposição conservadora tinham como objetivo maior a desestabilização do governo Lula e o descrédito do seu partido, o PT. Por trás disso, além dos significados políticos, em termos de

* Professor associado da Universidade Federal de Uberlândia, doutor em história pela Universidade de São Paulo.

disputas eleitorais, pairava no ar uma espécie de vingança contra aqueles que, durante mais de duas décadas, fustigaram os seus adversários políticos se colocando como os paladinos e guardiões da ética pública na política. Em todo esse lamentável episódio, a grande decepção, revolta e, em muitos casos, desencantamento e descrédito com a política, foram sentimentos presentes apenas naquelas pessoas que acreditaram em uma nova possibilidade de se fazer política no país anunciada pelo PT.

E essa expectativa, evidentemente, não foi criada por obra do acaso. Desde as discussões iniciais com vistas à construção de um novo partido político, os petistas não pouparam críticas aos tradicionais esquemas carcomidos de se fazer política no Brasil, denunciando o clientelismo e os benefícios pessoais e externando seu compromisso com a ética pública, com a democracia e com os interesses da maioria dos brasileiros. Essa argumentação esteve presente, inclusive, nas discussões prévias à criação do partido, como atestam a tese aprovada em janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo e a Carta de Princípios, lançada em maio desse mesmo ano pela Comissão Nacional Provisória de criação do Partido. No primeiro caso, os participantes daquele evento, demarcando posição em relação às posturas carreiristas dos políticos tradicionais que priorizam os pleitos eleitorais, assumem o compromisso com a construção de um partido “que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados ou exploradores” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 48). Cerca de três meses depois, era divulgada uma “Carta de Princípios”, por meio da qual os signatários deixavam claro que

(...) se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 53).

A partir de 1980, com a criação oficial do partido, os petistas além de aprovar nas suas instâncias deliberativas aqueles compromissos anteriormente anunciados, também, fizeram constar dos documentos oficiais alguns mecanismos de controle para evitar possíveis desvios de conduta dos seus integrantes. Nessa linha, foi criada uma comissão com incumbência para apurar infrações cometidas em relação à ética e à disciplina partidária, estando sujeitos às punições internas todos aqueles que praticassem improbidades no exercício de suas funções, quais sejam, mandatos parlamentares ou em órgão partidário, cargos no executivo e atividades

administrativas. O empenho dos petistas em estabelecer como um dos princípios basilares de sua conduta a ética na política lhes rendeu muitos bons frutos, seja em termos de resultados eleitorais ou, sobretudo, de credibilidade perante a população brasileira. Não por acaso, essa se tornou uma das principais bandeiras dos seus militantes e ocupantes de cargos no executivo e no legislativo, pelo menos ao longo das duas primeiras décadas de existência e funcionamento do partido.

Evidentemente, a defesa de uma ética pública nas esferas políticas não foi criação dos integrantes do Partido dos Trabalhadores, assim como, essa bandeira nunca pode ser esgrimida por eles com exclusividade. Aliás, sequer os partidos que se consideram progressistas ou de esquerda têm essa prerrogativa. Trata-se de uma proposição histórica, de dimensões universais, que remonta à Antiguidade, tendo como alguns dos seus grandes defensores os pensadores e filósofos gregos. Dentre eles, Aristóteles, que dedicou parte significativa dos seus escritos tanto à ética quanto à política. Para este pensador, como a política é a maior de todas as ciências, contendo, portanto, a ética, e como toda ação de conhecer deve estar dirigida à consecução de algum bem ao ser humano com vistas a alcançar a felicidade,

(...) consequentemente, o bem humano tem que ser a finalidade da ciência política, pois ainda que seja o caso do bem ser idêntico para o indivíduo e para o Estado, o bem do Estado é visivelmente um bem maior e mais perfeito, tanto para ser alcançado como para ser preservado. Assegurar o bem do indivíduo é apenas melhor do que nada; porém, assegurar o bem de uma nação ou de um Estado é uma realização mais nobre e mais divina (ARISTÓTELES, 2002b: 40-42).

Ao se empenhar para demonstrar que a meta maior da política deve ser a de proporcionar a felicidade ao ser humano, ao mesmo tempo, Aristóteles dedicou parte significativa da sua reflexão fundamentando que tal meta não pode ser confundida com as condições financeiras ou materiais das pessoas. Até porque, se os bens exteriores podem ser considerados instrumentos úteis, dependendo da sua utilização, seu excesso é necessariamente nocivo. Por seu lado, “os bens da alma, pelo contrário, não são apenas honestos, mas também úteis, e quanto mais excederem a medida comum, mais terão utilidade”. Por isso mesmo, “a felicidade é muito diferente da boa fortuna. Vêm-nos da fortuna os bens exteriores, mas ninguém é justo ou prudente graças a ela, nem por seu meio” (ARISTÓTELES, 2002a: 57). Analogamente, deduz Aristóteles:

(...) dos mesmos princípios depende a felicidade do Estado. É impossível que um Estado seja feliz se dele a honestidade for banida. Não há nada de bom a esperar dele, nem tampouco de um particular, sem a virtude e a prudência; a coragem a justiça e a prudência têm no Estado o mesmo caráter e a mesma influência que nos

particulares; são exatamente os mesmos que merecem de nós a reputação de corajosos, justos e prudentes (ARISTÓTELES, 2002a: 58).

Seguindo essa mesma linha de reflexão, continua o filósofo grego interpretando os seus próprios escritos:

*(...) o que dissemos de melhor em nossa **Ética** é que a vida feliz consiste no livre exercício da virtude, e a virtude na mediania; segue-se necessariamente daí que a melhor vida deve ser a vida média, encerrada nos limites de uma abastança que todos possam conseguir. O que dizemos da virtude e do vício do Estado devemos dizer do governo, que é a vida do Estado inteiro (ARISTÓTELES, 2002a: 187).*

Coincidência ou não, parte significativa dos integrantes do Partido dos Trabalhadores, incluindo muitos dos seus representantes no executivo e no legislativo, desde a criação do partido, em 1980, e por aproximadamente vinte anos consecutivos, defenderam e colocaram em prática muitas dessas teses presentes no pensamento aristotélico. Por isso mesmo, a voz dos petistas defendendo enfaticamente a ética pública foi ouvida na luta pelo *impeachment* do Presidente Collor de Mello, nas denúncias sobre favorecimentos pessoais nos processos de privatizações de empresas estatais e nas várias comissões parlamentares de inquérito instauradas dentro do Congresso Nacional ou nos legislativos estaduais.

O movimento de denúncias e apurações das irregularidades cometidas no governo Collor de Mello, que culminou com o *impeachment* do Presidente da República, foi, sem dúvida, a primeira grande oportunidade para os parlamentares petistas, aproveitando os holofotes da mídia, difundirem para o grande público a sua proposta diferenciada de fazer política e, ao mesmo tempo, se credenciarem como defensores intransigentes da ética na política. Em julho de 1992, aproveitando a profunda crise governamental, com vários membros do executivo federal e figuras próximas ao próprio Presidente da República sendo acusados de envolvimento com práticas de corrupção, o deputado Eduardo Jorge, em discurso proferido no plenário da Câmara dos Deputados, falando em nome da liderança do PT, demarcou com muita clareza o posicionamento do partido. Ao comentar o depoimento de Cláudio Vieira, prestado à CPI que investigava irregularidades praticadas no governo, o parlamentar petista “temperou” seu pronunciamento com dois importantes ingredientes: radicalidade nas proposições, com indicação para punição exemplar dos culpados, e a necessidade do Congresso Nacional assumir como compromisso primeiro a ética na política:

Diante de tudo isso é evidente que se faz necessário, para que haja uma verdadeira e radical revolução ética em nosso país, a punição exemplar do Sr. Presidente da República, que, na verdade, pelo depoimento do Sr. Cláudio Vieira, configurou-se

*como chefe de toda a quadrilha. Isso é inevitável, do meu ponto de vista. Espero que todas as bancadas com acento no Congresso Nacional tenham consciência da necessidade de uma verdadeira revolução ética e moral neste país. Isso independe de ideologia. Não se trata de posição política, de avaliação desta ou daquela postura em relação à política econômica e social, mas de uma questão de ética, de moral, que pode e deve unir as bancadas da esquerda e da direita*¹.

O destacado papel dos petistas no vitorioso movimento organizado pelas oposições e pelos movimentos sociais, que impôs uma histórica derrota ao arrogante governo de Fernando Collor de Mello e conseguiu, de forma inusitada, o *impeachment* do Presidente da República, contribuiu para dar uma grande visibilidade à tese petista da ética na política e os seus integrantes souberam muito bem capitalizar essa situação, fortalecendo, com isso, o capital político do partido. Sobre este último aspecto, o documento “Carta de Brasília”, produzido pelos petistas durante o 8º Encontro Nacional do partido, realizado na capital federal em junho de 1993, é bastante elucidativo:

Para o PT, o combate à corrupção é uma questão de princípio, sendo, portanto, uma tarefa prioritária e permanente. O PT, em conjunto com as entidades que integram o Movimento pela Ética na Política, buscará todos os meios disponíveis para que cada um dos envolvidos em corrupção seja exemplar e efetivamente punido. O PT deve retomar a mobilização do povo pela punição já de todos os envolvidos no esquema PC-Collor (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 546).

Essa mesma orientação política foi referência fundamental para a atuação dos parlamentares petistas durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 até o final de 2002, período em que os mesmos mantiveram uma implacável oposição ao governo federal. Em 2001, o então líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, José Eduardo Dutra, ocupou a tribuna para denunciar a operação desencadeada pelo governo federal para evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar uma série de denúncias de corrupção envolvendo setores do executivo federal e parlamentares, tal como ocorrera em 1996, quando foram denunciadas irregularidades no sistema financeiro, e, em 1997, quando a oposição denunciou a existência de um esquema de compra de votos para assegurar as mudanças que permitiriam a reeleição presidencial de FHC. O Partido dos Trabalhadores aproveitou a oportunidade para lançar uma campanha pública intitulada “*Xô corrupção: uma campanha do PT e do povo brasileiro*”. Sua liderança maior, Luiz Inácio Lula da Silva, veio a público para afirmar que, se até então o nome de Fernando Henrique Cardoso não estava envolvido diretamente com denúncias de corrupção,

¹ Conforme discurso proferido pelo Deputado Eduardo Jorge na Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, 01/08/1992, p.17.600/17.601.

depois da operação para o arquivamento da CPI o presidente deve ser cobrado pelas denúncias de desvio de dinheiro público. Para Lula, as ações do Presidente da República para impedir as apurações prendiam-se ao fato de que uma investigação bem feita chegaria ao Palácio do Planalto.

Coerente com essa imagem construída perante a população brasileira, Lula ascende à Presidência da República, em janeiro de 2003, dando sinais de que, no poder, manteria essa mesma linha de atuação defendida até então. Em seu discurso de posse no Congresso Nacional o novo chefe do executivo assegurou:

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência².

As dificuldades em cumprir essas promessas anunciadas pelo novo chefe do executivo eram muitas e Lula tinha conhecimento disso. As discussões que vinham sendo travadas dentro do próprio PT há aproximadamente uma década, davam provas de que o partido encontrava grandes obstáculos para manter a coerência da “ética na política” até mesmo entre os seus próprios integrantes. Em 1995, Perseu Abramo, com a autoridade de fundador e membro do Diretório Nacional do partido por 16 anos, alertava que “o PT, paladino da luta contra a corrupção, infelizmente não conseguiu evitar inteiramente que essa praga manchasse suas próprias fronteiras”, permitindo que, “paulatinamente, começasse a grassar no interior de alguns de seus organismos uma certa permissividade, um certo afrouxamento moral”. Por isso mesmo, seja “por convicção, necessidade ou descuido”, quando o partido “foi obrigado a utilizar-se de recursos que o senso comum e os próprios princípios partidários julgam incorretos, não foi capaz nem de explicar seus procedimentos, nem de justificá-los”. Portanto, ao diagnosticar que “o cidadão comum já não mais distingue entre o **político em geral** e o político petista”, Abramo sentenciou: “isso pode ser a morte do **petismo**” (ABRAMO, 1995).

Pouco mais de dois anos após a posse de Lula como Presidente da República, em maio de 2005, a imprensa veiculou imagens que flagraram um funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos recebendo propina de um empresário. Longe de ser apenas mais um dos lamentáveis casos de corrupção nos serviços públicos, dentre tantos outros verificados no país, o episódio era apenas a ponta de um *iceberg*, cujas dimensões, até hoje, ainda não foram

² Discurso de Lula no Congresso Nacional. Folha Online, 01/01/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil>, acessado em: 14/01/2009.

efetivamente esclarecidas em toda a sua extensão. O fato do funcionário dos Correios afirmar que representava o PTB naquela estatal e garantir ter relação estreita com o presidente daquele partido, deputado Roberto Jefferson, colocou este deputado numa difícil situação. Ao depor no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Roberto Jefferson, objetivando recuperar a imagem, tentou reverter a sua condição de réu procurando se passar por vítima. Para isso, adotou a estratégia de sair da defensiva e partir para o ataque; em lugar de acusado postou-se como acusador. Após uma longa exposição sobre os seus 23 anos consecutivos de mandato como deputado federal, Jefferson afirmou que, ao longo desse período e em todos os mandatos presidenciais, do General João Figueiredo a FHC, jamais vira o partido do governo pagando mesada aos partidos que compõem a sua base de sustentação no Congresso Nacional, como acontecia no governo Lula³.

Muito sintomaticamente, os parlamentares e demais lideranças do PSDB, do PFL e de outros partidos da oposição conservadora, mudando radicalmente o discurso, assumem uma posição bastante diferente daquela adotada durante os oito anos do governo FHC, quando utilizaram de todos os instrumentos para evitar qualquer tipo de investigação sobre as denúncias de má utilização dos recursos públicos. O líder do PSDB no Senado Federal, Arthur Virgílio, ocupou a tribuna para denunciar o que ele qualificou como uma crise aguda marcada pelo esquema sistêmico de corrupção no governo Lula, considerando que aquelas denúncias de corrupção eram

(...) apenas mais um percalço no estoque de desgraças petista, que acumula incompreensões éticas, políticas, jurídicas e organizacionais, além de uma 'ausência de freios', em seus procedimentos, fatores que acabaram tirando do PT a condição de 'paladino da moralidade', em que tinha a pretensão de estar, para atrá-lo no poço sem fundo da desmoralização pública⁴.

Acuados diante das denúncias, os parlamentares do PT se viram numa situação inusitada. Diferentemente das inúmeras vezes anteriores em que, desfraldando a bandeira da “ética na política”, impiedosamente acusaram e fustigaram governantes, exigindo rigorosas apurações para qualquer tipo de irregularidade, agora encontravam-se na incômoda posição de acusados. Alguns deles, como o Senador Eduardo Suplicy, mesmo sofrendo críticas internas, manteve a coerência e defendeu, desde o início, a instalação das CPIs exigidas pela oposição.

³ Depoimento do deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, em 14/6/2005. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/conheca/eticaedecoro/n.taqui14062005>, acessado em: 16/08/2007.

⁴ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=357634>. Acesso: 10/08/2007.

Outros, como os líderes do governo e do partido na Câmara dos Deputados, respectivamente, Arlindo Chinaglia e Paulo Rocha, assumiram uma posição ambígua que ficava entre defender as investigações mas, ao mesmo tempo, evitar que as CPIs se tornassem instrumentos de desgaste do governo e de fortalecimento das oposições.

Instalada em junho de 2005, com a finalidade de “investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos” a denominada “CPMI dos Correios” foi alvo de atenções tanto dentro como fora do país. Durante meses, a imprensa brasileira acompanhou e noticiou detalhada e exaustivamente os vários desdobramentos do caso. Pressionado pelas circunstâncias, em agosto de 2005 o Presidente Lula se dirigiu à nação, para falar da grave situação pela qual atravessava o país. Surpreendeu ao reconhecer os erros praticados pelo seu partido, o PT, e até mesmo pelo governo e pediu desculpas à nação. Protegeu-se contra os ataques que o responsabilizavam pelos crimes praticados, procurando reverter a crescente onda de pedidos de *impeachment*, mas não poupou o partido que fundou e ajudou consolidar, desferindo-lhe profundas críticas:

Quero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país. O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política e lutar ao lado do povo pobre e das camadas médias do nosso país. (...)eu não tenho nenhuma vergonha de dizer ao povo brasileiro que nós temos que pedir desculpas. O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas⁵.

Os desdobramentos desse episódio marcaram 2005 como o pior ano da história do PT. Em pouco mais de seis meses uma avalanche atingiu grande parte dos seus dirigentes, parlamentares e representantes com cargos no executivo federal. Entre as 40 pessoas acusadas de envolvimento com esse processo de corrupção, cujas denúncias formuladas pelo procurador da República em inquérito aberto em 2005 foram acolhidas dois anos depois pelo Supremo Tribunal Federal, nove eram integrantes do PT, sendo três membros da direção nacional do partido, quatro deputados federais e dois ministros do governo Lula, sendo um deles o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, homem forte do governo e a mais influente personalidade política abaixo do presidente da República, o qual, além de perder o cargo de Ministro na seqüência amargou também a cassação do seu mandato de deputado federal.

⁵ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/crisenogoverno/interna/0..OI626565-EI5297.00.html>
Acessado em: 22/08/2007

Na tentativa de minimizar os estragos, seguindo a mesma linha adotada pelo Presidente da República, ainda em agosto de 2005, a Comissão Executiva Nacional do PT, sob o comando de uma nova direção que substituíra os acusados, aprovou e tornou pública uma resolução por meio da qual o partido faz um pedido de desculpas à nação, assumindo que seus dirigentes cometeram atos que comprometiam moral e politicamente o partido. O novo presidente do partido, Tarso Genro, além de admitir que o PT atravessava um momento extremamente grave, sugeriu que o partido fosse “refundado”, o que não significava esquecer ou descartar suas raízes e experiências, mas sim, colocá-las em outro patamar, orientado por um novo pacto político interno e um novo tipo de projeto para o país.

Ao admitir publicamente os erros cometidos, defender a necessidade de refundação do partido e propor a construção de um novo pacto político, associado a outro projeto para o país, o que os petistas fizeram, ainda que isso não tenha sido formalizado diretamente, foi reconhecer o fim de um ciclo partidário, cujo processo de esgotamento cresceu na proporção direta em que o partido passou a ocupar postos no parlamento e nos executivos municipais, estaduais e federal, sendo este último o seu ponto culminante. Com as mudanças de rota ocorridas no PT, progressivamente esfacelaram-se, também, alguns dos mais fortes ingredientes do capital político do partido e das suas lideranças, construídos pela via do envolvimento direto com os setores populares e organizados da sociedade brasileira.

Os acontecimentos anteriormente descritos, independentemente dos resultados finais dos processos que tramitam na justiça, são mais do que suficientes para concluir que o partido perdeu a credencial para se colocar como defensor intransigente da ética pública na política e lhe falta legitimidade, perante a sociedade brasileira, para continuar defendendo o chamado “modo petista de governar” como um fator diferenciador de se pensar e fazer política no país.

Para se compreender essa perda das referências históricas e a guinada à direita, por parte de muitos integrantes do Partido dos Trabalhadores, as generalizações do tipo “todos os políticos são iguais” ou “ao chegar ao poder as pessoas se vendem”, ainda que possam ter algum grau de veracidade, cumprem o negativo papel de legitimar o ceticismo contra a política e os políticos, além de ofuscar a percepção de causas mais profundas. Ocorre que, como afirma com muita propriedade Pierre Bourdieu, todos os que ingressam no campo político,

*(...) para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples **prazer** de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no fato de participar do jogo, de reconhecer deste modo como **valendo a pena** ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de **conluio originário** bem mais poderoso do*

que todos os acordos abertos ou secretos (BOURDIEU, 1989: 173 - grifos no original).

Evidentemente, as pessoas que adentram a esfera do político a partir do seu envolvimento e compromissos assumidos com as questões sociais enfrentam, aí, um grande paradoxo: por um lado justificam a sua participação nesse **campo** como condição necessária para atender as demandas populares, por outro, ao **jogar o jogo**, sob pena de serem expulsas, se enquadram, necessariamente, nas regras estabelecidas, o que dificulta ou até mesmo inviabiliza cumprir os compromissos assumidos. Mais do que isso, os encantos, as seduções e os benefícios auferidos direta e indiretamente em função de estar participando **jogo** político levam muitas dessas pessoas e seus partidos a sacrificarem os seus programas, os seus compromissos e até mesma a sua coerência para se manterem no poder. Portanto, a gravidade do envolvimento de parlamentares e lideranças petistas com esquemas de corrupção para o fortalecimento das instituições democráticas no país, não se limita à comprovação de que alguns aceitaram “presentes”, “prêmios” ou subornos que os beneficiaram individualmente. Tão grave quanto isso, é romper com os compromissos históricos de fazer da política um instrumento de construção de outra realidade social e, ainda que sob a argumentação de estar defendendo um projeto popular, aceitar o “vale tudo” com a justificativa de que “os fins justificam os meios”, mantendo e até mesmo reforçando as velhas estruturas corrompidas. É isso que possibilita a inversão entre direita e esquerda, tanto no discurso quanto na prática, justifica e fortalece o ceticismo popular para com a política e os políticos, terreno perigoso para o fortalecimento das instituições e para a construção da democracia.

Referências bibliográficas:

1. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, 704 p.
2. Aristóteles. *A política*. São Paulo, Martins Fontes, 2002a, 2ª ed., 321 p.
3. Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Bauru-SP, Edipro, 2002b, 287 p.
4. ABRAMO, Perseu. **Um novo PT**. Fundação Perseu Abramo, 27 de janeiro de 1995. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>, acessado em: 16/01/2009.
5. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand/DIFEL, 1989.